



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – DAEC  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

**ALIXANDRE MAGNO LIMA NICÁCIO**

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SEUS ASPECTOS SOCIAIS:  
O caso do Fabricação de Calçados de Campina Grande – PB**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

**ALIXANDRE MAGNO LIMA NICÁCIO**

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SEUS ASPECTOS SOCIAIS:  
O caso do Fabricão de Calçados de Campina Grande – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Administração e Economia – DAEC, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração.

**Área de concentração:** Desenvolvimento Local Sustentável.

**Orientadora:** Profa. MSc Maria Dilma Guedes

**Coorientadora:** Profa. Dra. Yêda Silveira Martins Lacerda

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N582d Nicacio, Alixandre Magno Lima.  
O desenvolvimento local sustentável e seus aspectos sociais: [manuscrito] : o caso do Fabricação de Calçados de Campina Grande – PB / Alixandre Magno Lima Nicacio. - 2019.  
34 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.  
"Orientação : Profa. Ma. Maria Dilma Guedes , Departamento de Administração e Economia - CCSA."  
"Coorientação: Profa. Dra. Yêda Silveira Martins Lacerda , Departamento de Administração e Economia - CCSA."  
1. Indústria calçadista. 2. Dimensão social. 3. Desenvolvimento local sustentável. 4. Arranjos Produtivos Locais - APL. 5. Responsabilidade social empresarial - SER. I.  
Título

21. ed. CDD 658.401

ALIXANDRE MAGNO LIMA NICÁCIO

30,0 (dez)  
A. Guedes

O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SEUS ASPECTOS SOCIAIS:

O Caso do Fabricação de Calçados de Campina Grande – PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Administração e Economia – DAEC, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Área de concentração:** Desenvolvimento Local Sustentável.

Aprovado em: 03 / 12 / 2019.

#### BANCA EXAMINADORA

*Maria Dilma Guedes*

\_\_\_\_\_  
Profa. MSc Maria Dilma Guedes (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Yêda Silveira Martins Lacerda*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Yêda Silveira Martins Lacerda (Coorientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Viviane Barreto Motta Nogueira*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	7
2.1	Arranjos Produtivos Locais – APL .....	7
2.2	O Desenvolvimento Local Sustentável .....	8
2.3	O Desenvolvimento Sustentável.....	11
2.4	A Responsabilidade Social Empresarial – RSE.....	13
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	17
4.1	Caracterização do objeto de pesquisa.....	17
4.2	Perfil sociodemográfico .....	19
4.3	Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial no Fabricão de Calçados de Campina Grande - PB, na percepção dos colaboradores.	21
4.3.1	<i>Relação com empregados.....</i>	21
4.3.2	<i>Compromisso com o desenvolvimento profissional .....</i>	23
4.3.3	<i>Saúde e segurança dos empregados .....</i>	24
4.3.4	<i>Relacionamento com a comunidade.....</i>	26
4.4	Resultados isolados e agrupados da pesquisa .....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS .....	30

## **O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SEUS ASPECTOS SOCIAIS: O caso do Fabricação de Calçados de Campina Grande – PB**

### **SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT AND ITS SOCIAL ASPECTS: The case of footwear Fabricação from Campina Grande – PB**

Alixandre Magno Lima Nicácio\*

#### **RESUMO**

O despertar sobre a finitude dos recursos naturais lançou luz sobre a necessidade de se pensar em um modelo de desenvolvimento que atenda as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações. A indústria tem importante papel nesse novo paradigma por sua grande influência na dinâmica social. O Município de Campina Grande-PB possui um dos mais importantes arranjos produtivos calçadistas do país, responsável por fomentar o desenvolvimento socioeconômico local. Neste universo de produtores um espaço, em especial, surge a partir de políticas públicas de incentivo aos pequenos produtores locais, o Fabricação de Calçados. Partindo da premissa de que o desenvolvimento sustentável considera três dimensões básicas (econômica, ambiental e social), e da necessidade de se pensar em um modelo de desenvolvimento local sustentável, este trabalho objetivou diagnosticar as práticas de responsabilidade social empresarial adotadas no Fabricação de Calçados de Campina Grande-PB, na percepção dos colaboradores. Para isso, realizou-se um estudo de caso de caráter exploratório e descritivo com abordagem quantitativa. Os resultados obtidos evidenciaram que as práticas organizacionais, em sua dimensão social, mostraram-se insatisfatórias, e, portanto, constitui-se em obstáculo para um modelo de desenvolvimento local sustentável.

**Palavras-chave:** Indústria Calçadista. Dimensão Social. Desenvolvimento Local Sustentável.

#### **ABSTRACT**

The awakening of the finitude of natural resources has shed light on the need to think of a development model that meets the needs of the present without compromising future generations. Industry plays an important role in this new paradigm because of its strong influence on social dynamics. The municipality of Campina Grande-PB has one of the most important footwear production arrangements in the country, responsible for fostering local socio-economic development. In this universe of producers space, in particular, arises from the public policy of incentive to small local producers, the footwear Fabricação. Based on the premise that sustainable development considers three basic dimensions (economic, environmental and social), and the need to think about a model of sustainable local development, this work aimed to diagnose the practices of corporate social responsibility adopted in the footwear Fabricação from Campina Grande-PB, in the perception of employees. For this, an exploratory and descriptive case study with a quantitative approach was performed. The results show that the organizational practices, in their social dimension, proved unsatisfactory, and therefore represent an obstacle to a sustainable local development model.

**Keywords:** Footwear Industry. Social Dimension. Sustainable Local Development.

---

\*Graduando em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: <alixandrenicacio@hotmail.com>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo as organizações foram fortemente influenciadas pelas transformações ocorridas no espaço que estão inseridas. Novos desafios contribuíram para o surgimento de práticas direcionadas a manutenção da competitividade organizacional. Com a indústria não foi diferente, desde o tempo dos artesãos havia esforços, ainda que, de forma primitiva, para fornecer a sociedade os bens e serviços indispensáveis a sua sobrevivência, inexistindo nesse período a necessidade de qualquer tipo de divisão técnica do trabalho, pois o padrão de consumo ainda não demandava tal modalidade.

A Primeira e Segunda Revolução Industrial marcaram o início das grandes transformações vividas pela sociedade contemporânea. A dinâmica social sofre profundas modificações nesse período, tendo o crescimento econômico no centro de todos os esforços e acreditando que a abundância de recursos naturais se manteria indefinidamente. Surgem nessa época a especialização produtiva do trabalho, a mecanização da produção e a expansão do consumo, oportunizado, sobretudo, pela distribuição de parte da renda acumulada na forma de salário a população, que por sua vez ampliava a demanda por novos produtos e serviços e novamente novos investimentos originavam um crescimento econômico cíclico.

Assim, essa “sociedade de consumo” derivada do modelo fordista de produção estimulou um crescimento econômico apoiado pelo consumo de massa e pelo ganho de escala. Esse modelo se manteve inalterado até a década de 1970, momento que o mundo experimentou a primeira grande crise do petróleo. O sinal de alerta havia sido acionado, uma das principais fontes energéticas do planeta apresentava sintomas de esgotamento e pela primeira vez na história o mundo se deparava com a ideia da finitude dos recursos naturais, que até então, acreditava-se serem inesgotáveis.

No escopo dessas transformações, diversos debates e reflexões buscavam apresentar novas concepções sobre um novo modelo de desenvolvimento. Estudos científicos apontavam para um iminente colapso social fruto das práticas econômicas até então adotadas, essa discussão desdobrava-se nos vários encontros internacionais, até que em 1987 o relatório de Brundtland, também conhecido como “nosso futuro comum”, definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991, p. 46).

As novas tecnologias originadas na chamada Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Técnico-científica, contribuíram na transição para um novo paradigma de desenvolvimento. Novos processos elevaram a produção ao passo que possibilitaram a racionalização do uso de energia e recursos naturais. A informação e o conhecimento se tornaram fonte de vantagem competitiva, e pela primeira vez ao longo do processo de evolução industrial, foi possível se vislumbrar um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, que pudesse atender a demanda do presente sem comprometer as futuras gerações.

Coral (2002), afirma que o desenvolvimento será verdadeiramente sustentável se os atores envolvidos estiverem atentos aos seguintes critérios: primeiramente devem buscar a competitividade no mercado, ou seja, ser economicamente viável; devem produzir sem agredir o meio ambiente; e por fim, devem aplicar políticas de

responsabilidade social fomentando o progresso da região e do país onde desenvolvem sua atividade.

O mundo tornou-se menor, sobretudo para as empresas de pequeno porte, pois até mesmo essas empresas conectadas a internet são facilmente capazes de internacionalizar o seu negócio. Para Buarque (2008), esse conjunto de mudanças apresenta um paradoxo, se, por um lado, a fronteira territorial deixa de ser uma barreira intransponível com o mundo experimentando uma intensa integração econômica a partir da formação de blocos regionais e grandes redes empresariais de atuação global; por outro lado, observa-se o aumento nos esforços para o aperfeiçoamento do desenvolvimento local, com ênfase na competitividade a partir das condições e potencialidades de cada região.

Nesse novo contexto de competição as novas exigências do mercado contribuem para uma redefinição nas formas de gestão, novos concorrentes e novas relações interorganizacionais surgem e modificam a dinâmica local, e nesse sentido surgem os Arranjos Produtivos Locais (APLs), que para Costa (2010), apresentam-se como aglomerações produtivas fundamentais para a dinâmica da economia local, responsáveis pela geração de emprego, renda e inclusão social.

O APL Calçadista de Campina Grande-PB destaca-se como um importante fomentador de desenvolvimento local. O setor calçadista campinense está em constante crescimento, essa atividade oferece grandes possibilidades e embora em sua grande maioria seja composto por micro e pequenas empresas, representa uma fonte importante de possibilidades e potencialidades para a dinâmica socioeconômica do município. Dados da ABICALÇADOS (2019) apontam que o polo produtivo de calçados de Campina Grande é o segundo maior do Brasil com uma produção estimada de 144,4 milhões de pares em 2018; essa produção representa 96,9% de toda a produção do Estado da Paraíba nesse ano.

Dentre o universo de empresas que compõem o APL calçadista campinense, um espaço, em especial, surge a partir de políticas públicas de incentivo aos pequenos produtores de calçados – o Fabricão de calçados do Bairro Santo Antônio. Instalado em um galpão inicialmente planejado para armazenar merenda escolar, o espaço público municipal atualmente abriga 12 permissionários. São microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas que fabricam artigos em couro, do calçado à bolsa, geram emprego e renda e contribuem para desenvolvimento do local que estão inseridas.

Diante do exposto, considerando a importância do APL de calçados para a dinâmica socioeconômica do Município de Campina Grande-PB e a necessidade de se refletir sobre um modelo de desenvolvimento local sustentável a partir das dimensões social, ambiental e econômica, questiona-se: Quais os impactos sociais gerados a partir das práticas de responsabilidade social empresarial no Fabricão de calçados de Campina Grande-PB? Neste contexto o presente artigo tem como objetivo diagnosticar as práticas de responsabilidade social empresarial adotadas no Fabricão de calçados de Campina Grande-PB, na percepção dos colaboradores.

A partir da proposta apresentada, este artigo estimula a reflexão sobre a importância da dimensão social na formação de um desenvolvimento local sustentável, parte do método indutivo e apresenta um estudo de caso com abordagem quantitativa. O estudo foi realizado junto ao Projeto Fabricão localizado no Bairro Santo Antônio, Município de Campina Grande – PB.

Neste contexto, este artigo dispõe da seguinte estrutura: Resumo e Abstract, Introdução, Referencial Teórico, Aspectos Metodológicos, Apresentação dos Resultados, Considerações Finais e Referências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados os argumentos teóricos que conduzem a discussão do tema e posteriormente servirão de base para a apresentação dos resultados da pesquisa. Inicialmente se discute a definição e a importância dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) para a dinâmica socioeconômica local, apresentando a possibilidade de se tratar o assunto sob a ótica do desenvolvimento sustentável; na sequência se discute o desenvolvimento local numa perspectiva que transcende os aspectos puramente econômicos, ou seja, o tema é analisado sob a luz do desenvolvimento local sustentável; em seguida é feito um apanhado teórico do conceito de sustentabilidade apresentando a possibilidade de se investigar a dimensão social a partir das práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

### 2.1 Arranjos Produtivos Locais - APLs

Atualmente, a preocupação dada à dinâmica do desenvolvimento industrial tem motivado grande número de pessoas a investigar os APLs em todos seus aspectos e implicações. O uso do conhecimento atrelado à territorialidade e todas as relações formadas a partir dos aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos entre os diferentes atores em diferentes níveis e funções responsáveis por conduzir o desenvolvimento e competitividade local, tem justificado o foco e o exame aprofundado do tema. (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

A esse respeito Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014), afirmam que ao se falar em APLs é preciso que se tenha em mente a multiplicidade dos atores envolvidos direta e indiretamente, sejam eles empreendedores, agentes e instituições implicados na promoção e desenvolvimento da atividade produtiva local. Ferreira (2008, p. 50) aponta “Um APL em que todos os atores estiverem interligados por conexões bem estruturadas estará mais propenso a apresentar vantagens competitivas de forma sistêmica, proporcionadas por intensas relações entre os agentes.”

Para Cassiolato e Lastres (2003), os APLs são mais propensos a se desenvolverem em ambientes onde haja interação e cooperação entre os diferentes agentes localizados em um mesmo território. Nesse sentido, cabe destacar a importância da identidade histórica, institucional, social e cultural na formação de vínculos territoriais (regionais e locais); esses autores concordam com a definição proposta pela *RedeSist*<sup>1</sup> e definem Arranjos Produtivos Locais como:

(...) aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e

<sup>1</sup>A Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – RedeSist – é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias Universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras organizações internacionais. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>.

universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 27).

Considerando a diversificação conceitual do termo, Costa (2010), apresenta uma definição que agrega todos os elementos discutidos até o momento, afirma que essa definição é fruto de experiências anteriores e passa a ser adotada com mais ênfase no final da década de 1990, para ele APLs podem ser definidos

(...) como sendo um espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente interrelacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Para isto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica socioeconômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sociocultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade. (COSTA, 2010, p. 126-127).

Ainda, sobre APLs, Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014, p. 7), estabelecem “é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais.”

Diante deste contexto é possível afirmar que são inúmeras as vantagens de se promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos APLs. Essas aglomerações a partir de comportamentos cooperativos estendem uma série de benefícios a seus participantes, entre eles a redução de custos, o compartilhamento de informação e conhecimento e a maior facilidade para solucionar problemas que se atacados isoladamente demandariam mais tempo e recursos. (BARROS; et al. 2010).

Costa (2010) afirma que os APLs se constituem como efetivo instrumento de desenvolvimento regional, pois manifestam e fortalecem todo o sistema sócio produtivo dos locais que estão inseridos, e nesse sentido devem ser fontes de políticas públicas adequadas dado que depende de todo um sistema ações de todos os atores envolvidos.

A formação do APLs está “geralmente associados a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos regionais e locais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum.” (VECCHIA, 2006, p. 37). Nessa lógica é preciso que se busque trabalhar o tema desenvolvimento local a partir de APLs não apenas sob a ótica industrial de produção, mais inserindo essa importante ferramenta em um contexto de desenvolvimento mais “equitativo, humanista e sustentável de localidades” na busca de um desenvolvimento local sustentável. (FERRO, 2015, p. 78).

Dada às características presentes nos arranjos produtivos, é possível que sua análise possa se dá no contexto do desenvolvimento sustentável, pois seus atores relacionam-se entre si a partir das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Com políticas de atuação adequadas, o conceito se amplia para além do aspecto econômico, nesse sentido Queiroz e Souza (2017), afirmam:

Dados os aspectos territoriais e as riquezas naturais distribuídas geograficamente, o investimento nessas aglomerações locais, além de

aumentar as vantagens competitivas regionais, funcionaria como uma política preventiva, culminando com alguns pressupostos que têm se destacado como grandes fomentadores de diversificadas políticas públicas assistencialistas que visam tratar as desigualdades estabelecidas. (QUEIROZ; SOUZA, 2017, p. 45).

Os arranjos produtivos têm contribuído para que as empresas participantes possam mais facilmente transpor as barreiras próprias de sua atividade, esse fato é de fundamental importância para o enfrentamento do acirrado mercado, desafios como maior acesso ao crédito, menor burocracia e maior concorrência externa são fatores preponderantes na busca por um desenvolvimento local sustentável.

## 2.2 O Desenvolvimento Local sustentável

O acelerado processo de transformação e globalização da economia apresentou novas perspectivas, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento local, novas oportunidades e ameaças redefiniram a forma de integração econômica no contexto nacional, regional e local, impelindo os atores envolvidos a responderem de forma apropriada a essas mudanças, com vista à manutenção da competitividade e a conservação do negócio no decorrer do tempo. (BUARQUE, 2008).

Serra e Paula (2007, p. 235) dissertam

Há certo consenso na literatura econômica acerca da importância da dimensão local no processo de desenvolvimento econômico, uma vez que é nele que a capacidade de mobilização das efetivas e dinâmicas vantagens comparativas é forjada, estando a sua viabilidade assentada num intenso processo de geração de novos conhecimentos e de aprendizado.

Para esses autores, a infraestrutura, o aprendizado e a capacidade de cooperação entre os diferentes atores para formação do conhecimento, representa uma condição decisiva na capacidade do local tornar-se competitivo.

Pensar em desenvolvimento regional é antes de tudo considerar que a ocupação do espaço será conduzida a partir da participação da sociedade local, que através de um planejamento contínuo norteará a distribuição dos resultados provenientes do progresso alcançado. O entendimento desse conceito, bem como a compreensão de suas características, auxiliam a elaboração e execução de um plano de desenvolvimento local. (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

A ideia de desenvolvimento poderá dissociar-se de uma abordagem puramente econômica. Para Barbieri (2000), é possível que se utilize a ideia de desenvolvimento como um indicador que busca promover a melhoria das condições de vida das pessoas com ênfase na qualidade de vida da população de um país, de uma região ou de um local específico.

Andion (2003) destaca que boa parte dos teóricos clássicos, entre eles David Ricardo, Karl Max e Joseph Schumpeter, indicavam que a noção de desenvolvimento estaria intimamente relacionada ao crescimento econômico que deveria se dar a partir do fortalecimento da esfera produtiva e do controle social, divergindo apenas na forma como se daria esse controle, pois na concepção liberal o controle proviria do mercado livre, enquanto os marxistas mantinham a ênfase na esfera estatal.

Foi a partir da profunda crise do modelo fordista de desenvolvimento, em meados da década de 1970, e do conseqüente aprofundamento das desigualdades sociais no âmbito interno e a maior polarização entre países ricos e pobres no

âmbito externo, que surgiram novas perspectivas. A esse respeito Andion (2003, p. 1041-1042), discorre:

(...) a partir da década de 1980, o conceito e a prática do desenvolvimento se redefinem. De um processo conduzido pelo Estado, de maneira centralizada, planejada e tecnicista, visando o crescimento econômico seletivo de algumas regiões, o desenvolvimento passa a ser visto e praticado de outra forma. Para compreender esta mudança é importante destacar alguns conceitos chave que caracterizam e delimitam a noção de desenvolvimento na atualidade: a sustentabilidade, que dá origem ao termo desenvolvimento durável ou sustentável; o território, que é a base da noção de desenvolvimento local; a participação cidadã, que favorece a inclusão da sociedade civil como protagonista do processo de desenvolvimento e o desenvolvimento com base em valores, que implica atrelar os fins econômicos do desenvolvimento à proteção de bens e valores sociais, políticos, culturais e ambientais.

Quando se fala em “local” é preciso que se tenha em mente a escala territorial a que se refere o termo. Martins (2002, p. 54) ao discutir as implicações e conceitos do desenvolvimento local, esclarece que ao se falar de “local” está-se manifestando “à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”, ou seja, o lugar representa o sustentáculo espacial onde se desenvolvem as relações entre os diferentes atores sociais e onde sobrevivem os desafios e potencialidades para o desenvolvimento.

A esse respeito Cunha (2006), afirma que existe uma multiplicidade de elementos envolvidos nas inúmeras relações entre todos os agentes frutos de uma proximidade social, e que por isso incorporar a perspectiva espacial sob a égide de análises regionais significa um grande desafio, ao passo que também representa a possibilidade de se formular projetos e políticas que visem explorar todo o potencial do desenvolvimento local.

Buarque (2008) apresenta a definição de desenvolvimento local sob o olhar do desenvolvimento sustentável, para ele o desenvolvimento local pode ser conceituado como:

(...) um *processo endógeno* de mudança, que leva ao *dinamismo econômico* e à *melhoria da qualidade de vida* da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as *potencialidades* locais e contribuir para *eleva as oportunidades sociais* e a *viabilidade e competitividade da economia local*; ao mesmo tempo, deve assegurar a *conservação dos recursos naturais* locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2008, p. 25-27).

Não se pode restringir a discussão apenas ao enfoque econômico normalmente presente na ideia de desenvolvimento endógeno, no entanto, é preciso que se dê o devido mérito desse tipo de abordagem para o dinamismo da economia. Na definição de Amaral Filho (2001), verifica-se que:

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse

processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

Apenas com uma economia eficiente e competitiva resultado de um processo de planejamento estratégico de ações, será possível firmar as bases na qual o desenvolvimento local sustentável se desenvolverá, sem tais pré-requisitos não há como se falar em desenvolvimento local sustentável.

A esse respeito Buarque (2008), afirma que o desenvolvimento local sustentável resulta da correlação entre a qualidade de vida da população, equidade social, eficiência econômica e conservação ambiental a partir de uma gestão pública eficiente e das inter-relações sociais, essa combinação de fatores pode promover a reorganização da economia e da sociedade locais. Esse conceito possui três grandes conjuntos que estão interligados e em constante conflito, possuem papéis e características próprias que podem assim ser descritos:

- a) *A elevação da qualidade de vida e a equidade social* constituem *objetivos* centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo.
- b) *A eficiência e o crescimento econômicos* constituem *pré-requisitos* fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada –, representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável.
- c) *A conservação ambiental* é um *condicionante* decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção em longo prazo, sem o qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço. (BUARQUE, 2008, p. 67).

Todo o apanhado teórico apresentado até aqui ratifica a importância de se investigar os impactos sociais gerados a partir das práticas de responsabilidade social empresarial no Fabricão de calçados de Campina Grande-PB, propósito a que se destina esse trabalho, haja vista se constituírem em objetivo central de um modelo de desenvolvimento local sustentável. Nas seções seguintes serão apresentados os argumentos que apoiam o entendimento de que o desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo, ao contrário, possui uma fundamentação socioeconômica e política derivada de anos de observações técnicas e conceituais.

### **2.3 O Desenvolvimento Sustentável**

A discussão a cerca do desenvolvimento sustentável se desenrola ao longo do tempo alimentada por uma série de formulações e propostas que acompanham a dinâmica socioeconômica de cada época gerando variações sobre o que deve ser considerado essencial para o progresso de determinado lugar, e nesse sentido, seu conceito sofreu transformações ao longo do tempo.

Aparentemente, conforme destacam Barbieri e Cajazeira (2016), o movimento do desenvolvimento sustentável tem suas origens nos movimentos ambientalistas em meados do século XIX a partir do despertar sobre a finitude dos recursos naturais e das evidentes crises ambientais e sociais que assolavam o mundo naquele momento.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente humano, realizada em Estocolmo na Suécia em 1972, pode ser considerada um marco na aproximação

das questões ambientais ao conceito de desenvolvimento sustentável, uma das suas principais colaborações foi incorporar a dimensão social nos debates ambientais. Para Sachs (2012, p. 8), “Uma das consequências mais duradouras da conferência de Estocolmo foi a passagem de uma concepção socioeconômica bidimensional para a noção tridimensional de eco-sócio-economia”.

Alves, Cândido e Carolino (2016) assinalam que o termo desenvolvimento sustentável surgiu na década de 80, nessa época diversos trabalhos dão ênfase a importância de se buscar alternativas que possibilitem um crescimento econômico com o menor impacto possível sobre recursos disponíveis. Em 1987 é divulgado o Relatório da Comissão de Brundtland, conhecido como *nosso futuro comum*, ele trouxe de forma clara e direta o entendimento de que o desenvolvimento sustentável se apoia na ideia de buscar suprir as demandas do presente preocupando-se em não comprometer os recursos para as gerações futuras, e complementa:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1991, p. 49).

A definição apresentada pela Comissão de Brundland é citada por diversos autores como a pioneira em anunciar uma proposta de desenvolvimento econômico socialmente incluyente e ambientalmente correto e por possuir em sua essência a consciência de que as gerações futuras, a exemplo das atuais, deverão ter condições de satisfazer suas necessidades.

O conceito apresentado no final da década de 1980, ganha força com a realização da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, desde então a sociedade e em particular as empresas passam a compreender que a produção de bens e serviços, base para o crescimento econômico, deverá ocorrer em sincronia com a preservação do meio-ambiente a partir de práticas socialmente justas. (NASCIMENTO, 2012).

Ainda sobre a ECO-92, Buarque (2008) ratifica que o evento é um dos mais importantes acontecimentos políticos do final do Século XX, por sistematizar um plano de ações que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica - a Agenda 21 -, a partir da qual se buscou o comprometimento das nações com as gerações futuras.

Nesse sentido, Sachs (2008), complementa:

O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidades social e ambiental e de viabilidade econômica. Estritamente falando, apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento (...). (SACHS, 2008, p. 36).

Mais recentemente, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012, a Rio+20, reconheceu a necessidade de se elaborar objetivos para se pôr em prática medidas concretas e coerentes sobre o desenvolvimento sustentável. Em setembro de 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, após três

anos de discussões, é aprovada a Agenda 2030, um plano de ação global contendo 17 objetivos e 169 metas. Conhecido como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de acordo com esse documento, “o desenvolvimento sustentável deve ser uma agenda integrada para alcançar resultados nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, sendo que sua força estaria no entrelaçamento dessas dimensões.” (BARBIERE; CAJAZEIRA, 2016, p. 131).

No mundo dos negócios, esses fundamentos influenciaram os trabalhos do renomado consultor e pesquisador John Elkington. O autor é um dos primeiros a apresentar a noção de desenvolvimento sustentável sob a perspectiva de equidade social, proteção ambiental e prosperidade econômica no âmbito organizacional. (MAZUR; MILES, 2010). O modelo de gestão desenvolvido por Elkington denominado *Triple Bottom Line* (TBL), considera que no mundo dos negócios a sustentabilidade é compreendida por três pilares, o lucro, o planeta e as pessoas (*Profit, Planet and People*), sendo o lucro a dimensão econômica, o planeta a dimensão ambiental e as pessoas a dimensão social. (FERNANDES; CABRAL, 2017).

Admite-se que a dimensão econômica no âmbito empresarial parta do entendimento de que há necessidade da geração de riqueza para os acionistas, a partir da ampliação do lucro e do valor de mercado do empreendimento, porém, o conceito de lucro contábil é ineficiente quando o que está em pauta é o desenvolvimento sustentável, outras formas de capital precisam ser consideradas, juntamente com as questões ambientais e sociais, reunidos, esses fatores agregam valor à companhia e correspondem a uma excelente fonte de estratégia competitiva. (BARBIERE; CAJAZEIRA, 2016).

Para Barros et al. (2010), a principal característica do conceito de desenvolvimento sustentável no meio empresarial é a possibilidade de associação da eco eficiência com a noção de responsabilidade social corporativa, na prática a empresa continuará objetivando o lucro no entanto passará a considerar o impacto de suas ações sobre o meio ambiente e ao mesmo tempo tentará ações de cunho social com benefícios para a comunidade e para seus funcionários.

A respeito da dimensão social do desenvolvimento sustentável Jordão (2011), apresenta a seguinte aceção sobre as questões sociais empresariais:

Com a compreensão das questões sociais, os administradores comprovaram que a empresa que apoia projetos sociais e que desenvolve suas atividades de acordo com uma conduta socialmente responsável, não só ganha apoio do seu público interno e externo; mas, com isso, tem um ganho adicional, incluindo, desde a melhoria do clima organizacional até a valorização da marca. (JORDÃO, 2011, p. 89)

Nesse sentido, para que a empresa se mantenha viva ao longo do tempo na atual dinâmica da sociedade é preciso correta observância dos três aspectos fundamentais ao desenvolvimento sustentável. Uma das possibilidades de se investigar as práticas de gestão social no âmbito empresarial é através da responsabilidade social empresarial que será discutido adiante.

## **2.4 A Responsabilidade Social Empresarial – RSE**

A todo instante as empresas buscam informações sobre os desejos e necessidades de seus clientes, essa é a sua razão de existência, no entanto, o ato de responder a essa demanda com foco apenas no agora certamente traria serias

consequências para todos os envolvidos. Uma organização que pratica genuinamente a responsabilidade social empresarial deverá ser gerida em consonância com os princípios e as questões que envolvem o desenvolvimento sustentável. (LEMOS, 2013).

Existe uma intrínseca relação entre responsabilidade social empresarial, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, no entanto, esses conceitos são diferentes e embora sejam cotidianamente utilizados como sinônimos possuem diferenças metodológicas, a saber:

*Sustentabilidade* é o estado global do sistema, incluindo os aspectos ambiental, social e econômico. De acordo com ela, as necessidades do presente são atendidas sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. [...] *Desenvolvimento sustentável* trata das atividades e produtos das organizações (empresas, comunidades, nação etc.) e da capacidade para se envolver em tal desenvolvimento a fim de contribuir para a sustentabilidade. Tal desenvolvimento é necessário para atender às necessidades das gerações atual e futuras. *Responsabilidade social* engloba as responsabilidades de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades sobre a sociedade, o meio ambiente e a economia e, desse modo, representa a contribuição dessa organização para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade. (BARBIERE; CAJAZEIRA, 2016, p. 113-114).

Em outras palavras, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são os propósitos atribuídos a toda sociedade, enquanto que a responsabilidade social empresarial é a maneira pela qual as empresas procuram alcançar esses objetivos.

Para Jordão (2011), a prática da RSE implica em benefícios para a própria empresa e para a sociedade como um todo. Os mecanismos empregados sobre essa nova forma de gestão empresarial, do qual chamou de “Gestão Social”, se caracteriza entre outras coisas pelo intento em executar atividades que vão além das obrigações legais, agindo proativamente no que tange ao seu papel na sociedade, e continua,

A Responsabilidade Social Empresarial define uma nova forma de agir, pensar e sentir dos gestores, em uma perspectiva plural, em quatro dimensões: econômica, legal, ética e social. Corroborando a necessidade de práticas de gestão empresarial que se concretizem não apenas no cumprimento da legislação vigente e, sim, simultaneamente sejam traduzidas em ações concretas comprometidas com o coletivo. (JORDÃO, 2011, p. 78).

Neste sentido, Lemos (2013), afirma que os benefícios da RSE para as empresas que optam por esse caminho podem ser de dois tipos: tangíveis e intangíveis. Os benefícios tangíveis são aqueles percebidos na operação da empresa tais como, a redução dos custos, aumento na produtividade, crescimento das receitas, melhores processos ambientais e gestão de recursos humanos; enquanto que os benefícios intangíveis são aqueles relacionados com a manutenção da empresa ao longo do tempo, tais como a fidelização do consumidor, melhoria da imagem institucional, maior capacidade de atrair e manter novos talentos, maior capacidade de adequação ao mercado e redução de conflitos.

Para que as atividades da empresa possam gerar resultados positivos, nas três dimensões do desenvolvimento sustentável, é preciso que todo o planejamento seja elaborado para esse propósito, ou seja, os princípios norteadores da missão, visão e valores precisam ir ao encontro dos objetivos da RSE, assim, “surge a

gestão social empresarial, que envolve uma atitude estratégica, focada na ética, na qualidade das relações com os *stakeholders* e na geração de valor.” (VIGHINI; JORDÃO; SOUSA, 2011, p. 100).

No Brasil, o maior impulso dado ao assunto foi à criação do Instituto *Ethos*<sup>2</sup> de Empresas e Responsabilidade Social, em 1998. Inspirado por diversas organizações de países desenvolvidos, o Instituto elabora e atualiza uma série de indicadores que podem ser usados, sobretudo, como ferramentas de gestão e apoio as empresas na utilização da RSE em suas estratégias de negócios. Os indicadores *Ethos* de responsabilidade social se aplicam a qualquer empresa que queira implantar, manter ou aprimorar um sistema de gestão da responsabilidade social. (ETHOS, 2007; ETHOS/SEBRAE, 2019).

Nesse sentido, os indicadores Ethos são ferramentas que oferecem uma série de aspectos que devem ser observados pelas empresas interessadas em diagnosticar se há convergência entre suas práticas e os objetivos da RSE, afirma que o conceito da RSE é “definida pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (*stakeholders*) no curto e no longo prazo.” (ETHOS, 2007, p. 5).

Corroborando com esse entendimento, Jordão (2011), afirma:

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes envolvidas no negócio (*stakeholders*) acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente, de forma a conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas da sociedade. (JORDÃO, 2011, p. 89).

Está implícito o entendimento de que a RSE inexistente sem a participação de todos os atores envolvidos na cadeia de valor, inclusive devendo a empresa empregar esforços na elaboração de práticas de gestão voltadas para o público interno, este, neste momento, sendo entendido como sujeito passivo das práticas de RSE. Dias (2008 apud JORDÃO, 2011), reitera que na dimensão interna da empresa são consideradas práticas de gestão socialmente responsáveis àqueles investimentos direcionados para os trabalhadores a exemplo de investimentos em saúde, segurança, condições de trabalho entre outros.

A esse respeito, o Instituto Ethos/SEBRAE (2019), desenvolveu um conjunto de indicadores capazes de avaliar o desempenho do negócio em relação as práticas de gestão responsável e sustentável, e foram além, seus indicadores se correlacionam com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na agenda 2030, sendo esta abordagem fundamental para o estudo do desenvolvimento local sustentável, quais sejam: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia limpa e acessível; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsável; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; 17) parcerias e meios de implementação. (ONU, 2015).

---

<sup>2</sup> O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Oscip cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>.

Para efeito deste trabalho, devido à amplitude do tema, e para que o objetivo seja alcançado, o campo de investigação restringiu-se a dimensão social, e nesse sentido os indicadores Ethos-Sebrae para micro e pequenas empresas em sua dimensão social, associam-se com os seguintes ODS: 5) igualdade de gênero; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 11) cidades e comunidades sustentáveis. Com base nestes ODS foram criadas quatro dimensões, a saber: 1) relação com empregados; 2) compromisso com o desenvolvimento profissional; 3) saúde e segurança dos empregados; 4) relacionamento com a comunidade. (ETHOS/SEBRAE, 2019).

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Objetivando diagnosticar as práticas de responsabilidade social empresarial adotadas no Fabricão de calçados de Campina Grande-PB, na percepção dos colaboradores, a pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva. Para Prodanov e Freitas (2013), uma pesquisa exploratória é aquela que tem a finalidade de prover uma maior quantidade de informações sobre o assunto investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento, sendo possível inclusive descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. No tocante a pesquisa descritiva, Gil (2010), esclarece que as pesquisas desse tipo objetivam a descrição das características de dado universo amostral, podendo também ser utilizada para identificar possíveis relações entre variáveis. A combinação desses dois tipos de pesquisa possibilita ao pesquisador uma maior proximidade com o objeto estudado favorecendo a construção do conhecimento.

O tema proposto no artigo foi examinado a partir de um estudo de caso. Yin (2015, p. 17), afirma que o estudo de caso é uma apuração empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. Complementando essa proposição, Prodanov e Freitas (2013), afirmam que o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, de acordo com o assunto pesquisado, a fim de estudar aspectos variados do objeto de estudo.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos de levantamento de dados, primeiramente fez-se o levantamento de informações secundárias, buscou-se referência na pesquisa bibliográfica, levantamento de dados documentais na Federação das Indústrias do Espado da Paraíba (FIEP) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e anotações específicas na própria empresa. A esse respeito, Gonsalves (2011, p. 35), afirma que as informações secundárias são aquelas que “não se tem uma relação direta com o acontecimento registrado, mas, sim, com o conhecimento de elementos ou sujeitos mediadores”; e continua, “a pesquisa bibliográfica remete às contribuições de diferentes autores sobre o assunto, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico”. (GONSALVES, 2011, p. 34).

No segundo momento realizou-se a coleta dos dados primários a partir da aplicação de questionário adaptado dos indicadores Ethos/SEBRAE para micro e pequenas empresas, que buscando investigar a dimensão social do desenvolvimento sustentável, construiu sua análise a partir de quatro subdimensões, a saber: 1) relação com empregados; 2) compromisso com o desenvolvimento

profissional; 3) saúde e segurança dos empregados; 4) relacionamento com a comunidade. (ETHOS/SEBRAE, 2019). Gonsalves (2011, p. 34), afirma que “entende-se por fontes primárias dados originais, produzidos pelas próprias pessoas que os coletaram. Esse tipo de fonte é caracterizada pela relação direta com os fatos a serem analisados”.

Optou-se pelo uso da abordagem quantitativa, que na visão de Creswell (2010), pode ser utilizada para testar teorias objetivas a partir da correlação de variáveis captadas por um determinado instrumento e analisadas por procedimentos estatísticos. Foram elaboradas 16 assertivas, sendo quatro para cada dimensão. Adotou-se a escala Likert, que foi adaptada para três categorias, quais sejam: Concordância, Indiferença e Discordância. Gil (2008) afirma que a escala Likert é construída a partir de proposições que manifestam opinião ou atitude certa do problema a ser investigado, sendo o universo amostral indagado quanto a sua concordância, discordância ou neutralidade em relação a cada um dos enunciados.

O questionário foi aplicado com um total de 30 funcionários, representando 60% de um universo total de 50 funcionários. A pesquisa realizou-se entre os dias 25 a 30 de outubro de 2019. A amostra analisada foi do tipo não probabilística intencional, que segundo Creswell (2010), corresponde aquele universo amostral onde os elementos são escolhidos baseados em sua conveniência e disponibilidade.

Os dados coletados foram submetidos a tratamento analítico e as informações resultantes examinadas a partir do método indutivo, formando as considerações apresentadas neste artigo. A respeito do método indutivo, Gil (2008 p. 10-11) afirma que “Nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos”.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta etapa serão apresentados aspectos de grande relevância, quais sejam: Caracterização do objeto de pesquisa, Perfil sociodemográfico dos respondentes, Indicadores de reponsabilidade social empresarial no Fabricão de Calçados de Campina Grande – PB, na percepção dos colaboradores, bem como os resultados isolados e agrupados da pesquisa.

### **4.1 Caracterização do objeto de pesquisa**

O Município de Campina Grande-PB possui vocação histórica na atividade coureiro calçadista, sua formação é a mais antiga do Estado; no entanto, não se sabe ao certo sua real origem. Para Sousa (2006), certamente as primeiras indústrias de calçados tiveram origem a partir do surgimento dos primeiros curtumes em 1923, mas antes mesmo da instalação dos primeiros curtumes ouve-se relatos que, no local, havia pessoas que trabalhavam o couro trazido de outros lugares, os chamados sapateiros.

O APL Calçadista de Campina Grande tem como característica básica, a existência de grande quantidade de micro e pequenas indústrias formais e informais, produzindo calçados, artefatos de couro e material sintético. Coexistem no arranjo duas classes de produtores distintos, uma formada por micro, pequenos e médios empresários e outro formado por apenas duas grandes indústrias que produzem

sandálias sintéticas e cujo processo produtivo não guarda similaridade com o primeiro grupo.

Dados da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP (2019), revelam que a população de indústrias formais de calçados de Campina Grande, atualmente, encontra-se assim distribuída:

**Tabela 1 – Indústrias de calçados de Campina Grande-PB**

Porte	Total	Percentual
Micro indústria	59	66,3%
Pequena indústria	25	28,0%
Média indústria	3	3,4%
Grande indústria	2	2,3%
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: FIEP (2019).

Existem diferentes definições para classificar as empresas segundo o porte. Neste artigo utilizou-se a classificação adotada pela Receita Federal a partir da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores. A lei instituiu o Estatuto Nacional da Micro Empresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), tratando do seu regime tributário com a criação do Simples Nacional. Considera o porte da empresa a partir de sua receita bruta anual, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 – Classificação do porte da empresa segundo o Simples Nacional**

Porte	Receita Bruta Anual
Micro Empreendedor Individual (MEI)	Menor ou igual a R\$ 81.000,00
Micro Empresa (ME)	Maior que R\$ 81.000,00 até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Maior que R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00

Fonte: Receita Federal (2019).

A importância socioeconômica da indústria de calçados para a cidade é incontestável, dentre todas as atividades atribuídas à indústria de transformação no município, a indústria de calçados é responsável pela maior parte da absorção de mão de obra. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (2019), revelam que em janeiro deste ano do total de empregos gerados pela indústria de transformação no município 55,5% correspondem ao setor calçadista, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 – Empregos gerados pela indústria em Campina Grande-PB**

Setor	Subsetor	Nº de Empregados	Percentual	Total
Indústria de Transformação	Ind. de Calçados	9.690	55,5%	17.449
	Outras	7.759	44,5%	

Fonte: CAGED (2019).

É neste espaço que em 1988, objetivando incentivar os pequenos produtores de calçados da Zona Leste do Município, é implantado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande o Projeto Fabricão. Instalado em um galpão construído previamente para armazenamento de merenda escolar, o Fabricão tornou-se um

exemplo de que união e cooperação mútua são essenciais para o desenvolvimento de qualquer atividade, sobretudo aquelas praticadas por pequenos empresários.

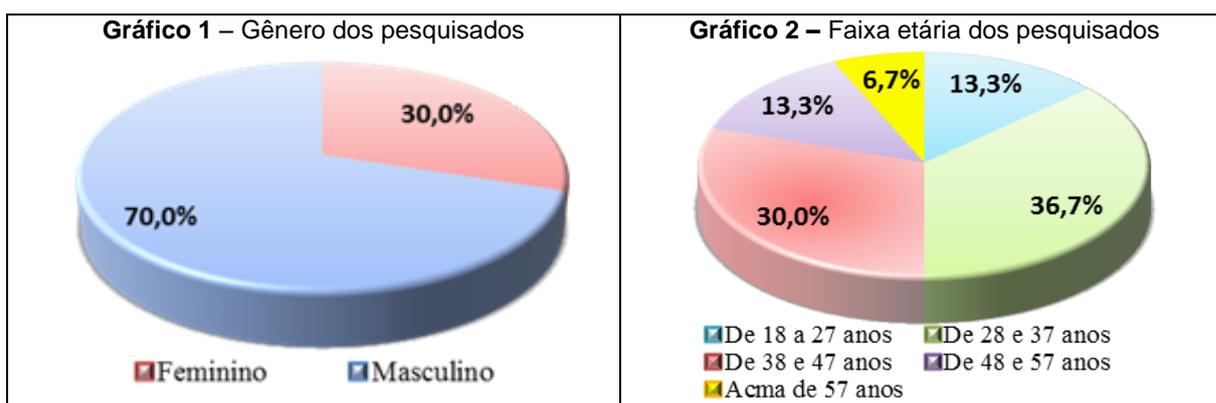
Vinculado a Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE<sup>3</sup>, o Fabricão de Calçados está localizado no Bairro Santo Antônio, Zona Leste da Cidade de Campina Grande – PB, região que concentra aproximadamente 60% das micro e pequenas indústrias existentes no APL. É um espaço público destinado ao acolhimento de pequenos fabricantes de calçados e atualmente contempla 12 permissionários, que fabricam artigos em couro, do calçado à bolsa e, ainda, ferramentas de corte aplicáveis ao setor.

Estudos anteriores, como o desenvolvido por Nicácio (2009), apontava que no local havia predominantemente negócios informais, realidade que aos poucos foi se alterando. Hoje, apenas um produtor, que mantém uma produção familiar, ainda resiste na informalidade, no entanto, diversos esforços continuam a ocorrer com intuito de conscientizar sobre a importância da formalização para a sustentabilidade do negócio.

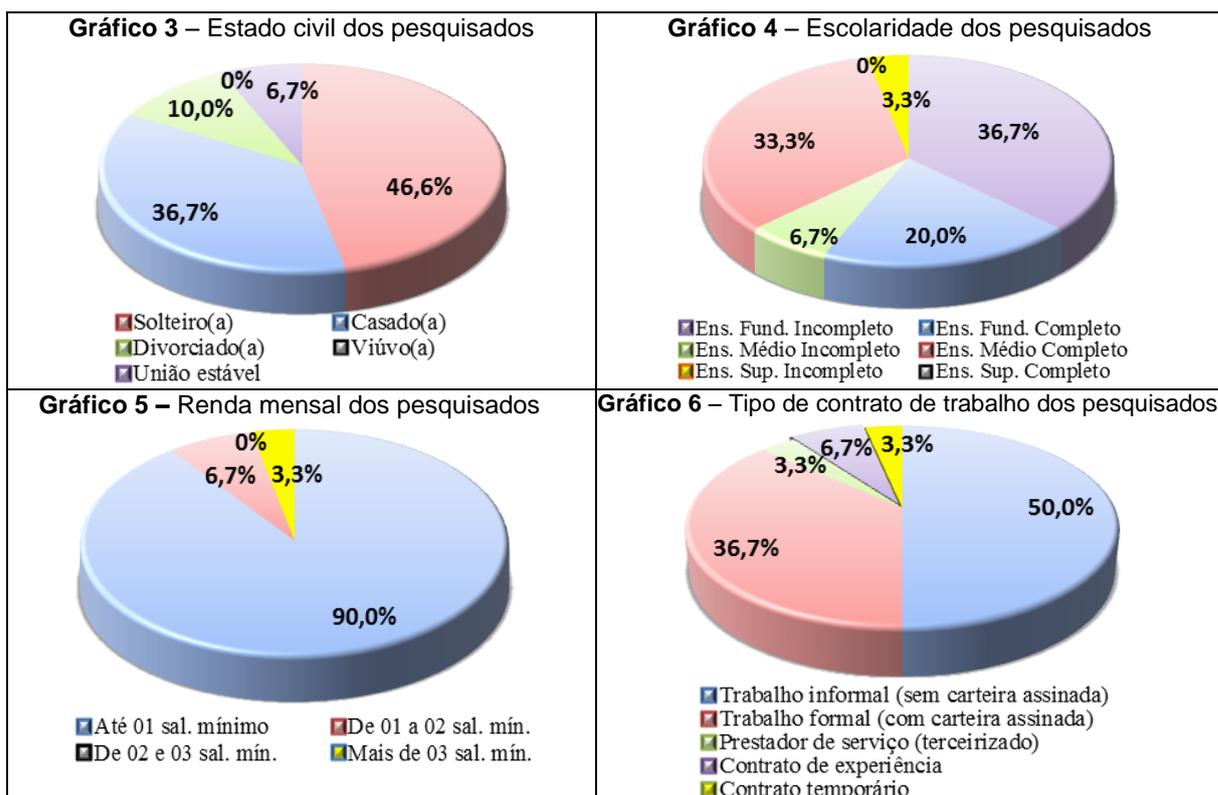
Dados coletados no local revelam que das 12 empresas alojadas, 01 é de pequeno porte (EPP), 03 são microempresas (ME) e 07 são microempreendedores individuais (MEI); apenas 01 empresa permanece na informalidade. Juntos, esses produtores empregam aproximadamente 50 pessoas. Deste universo, 30 pessoas, ou seja, 60% responderam ao questionário, utilizado nas discussões que se segue.

## 4.2 Perfil sociodemográfico

Buscando traçar o perfil sociodemográfico do objeto de estudo, os entrevistados foram questionados a respeito das seguintes variáveis: gênero, faixa etária, estado civil, nível de escolaridade, renda mensal e tipo de contrato de trabalho; conforme resultados apresentados nos Gráficos 1 a 6.



<sup>3</sup> A Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE foi criada pela Lei Municipal nº 3.668, de 29 de março de 1999, com as alterações da Lei Municipal nº 3.683, de 20 de maio de 1999 e da Lei nº 5.720, de 09.09.2014. É uma Empresa Pública de Direito Privado com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com os encargos e atribuições definidos em Lei. Possui a atribuição de Coordenar projetos e programas de modernização de empreendimentos, fomentando a implantação de novos postos de trabalho que visem o desenvolvimento, geração de empregos e rendas, sempre em obediência ao seu Estatuto e normas legais que disciplinem ou venham a disciplinar esses serviços. Disponível em: <<http://amde.campinagrande.pb.gov.br>>.



Fonte: pesquisa direta, out./2019.

De acordo com o Gráfico 1, dentre os respondentes verifica-se que a maioria é do gênero masculino, que em números corresponde a 70%; enquanto as participantes do gênero feminino representam 30% das pessoas entrevistadas.

No tocante a faixa etária, pode-se perceber que o maior percentual dos respondentes encontra-se na faixa de 28 a 37 anos representando 36,7% da amostra; seguido pelas pessoas que tem entre 38 a 47 anos com 30%; os que têm entre 18 a 25 anos somaram 13,3%; resultado semelhante aos que têm entre 48 a 57 anos 13,3%; por fim 6,7% afirmaram ter idade acima dos 57 anos. Agrupando a duas faixas etárias com maiores percentuais, temos que a faixa de 28 a 47 anos representa 66,7%, assim, constata-se que a maior parte dos funcionários é formada por pessoas adultas jovens no limiar da meia idade. (Ver Gráfico 2).

Quanto ao estado civil o percentual mais elevado dos respondentes, mas que não atingiu maioria, 46,6% afirmou estar solteiro; os casados representaram 36,7%; enquanto que 10% afirmaram estar divorciados; 6,7% assumiram conviver em união estável; nenhum dos respondentes afirmou ser viúvo. Agrupados, o número de solteiros e divorciados formam a maioria 56,6% dos entrevistados; enquanto que o total de casados e em união estável representaram 43,4%. O resultado aponta que a maioria dos empregados não vive em matrimônio. (Ver Gráfico 3).

O Gráfico 4 apresenta os dados relativos ao nível de escolaridade. O percentual mais elevado dos entrevistados, 36,7% afirmou possuir apenas o ensino fundamental incompleto; enquanto que 33,3% afirmaram já ter concluído o ensino médio; 20% disseram ter concluído apenas o ensino fundamental; seguidos por 6,7% que afirmando possuir o ensino médio incompleto; apenas 3,3% afirmou possuir o ensino superior incompleto. Os números indicam que a maioria 56,7% abandonou os estudos ainda no ensino fundamental, ou seja, de forma geral a atividade é exercida por pessoas, que por motivos diversos, não deram continuidade a educação formal, e, portanto, possuem baixo nível de escolaridade.

No que concerne à renda mensal desses trabalhadores, conforme Gráfico 5, a maioria 90% dos entrevistados afirmou receber até 01 salário mínimo; 6,7%, afirmaram receber de 01 a 02 salários mínimos; enquanto que apenas 3,3% afirmaram receber mais de 03 salários mínimos

Sobre o tipo de contrato de trabalho, vê-se no Gráfico 6, que 50% dos entrevistados disseram trabalhar na informalidade, ou seja, sem carteira assinada; 36,7% disseram possuir carteira assinada; 6,7% afirmaram estar em contrato de experiência; 3,3% prestam serviço terceirizado e 3,3% atuam por contrato temporário. O resultado revela uma forte contradição, na medida em que essas empresas foram convencidas a formalizar o seu negócio, uma parte significativa optou por continuar descumprindo a legislação trabalhista, esse fato representa um forte entrave para o desenvolvimento local sustentável, sobretudo, em seus aspectos sociais. Mais detalhes serão tratados nas seções seguintes.

### 4.3 Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial no Fabricação de Calçados de Campina Grande-PB, na percepção dos colaboradores

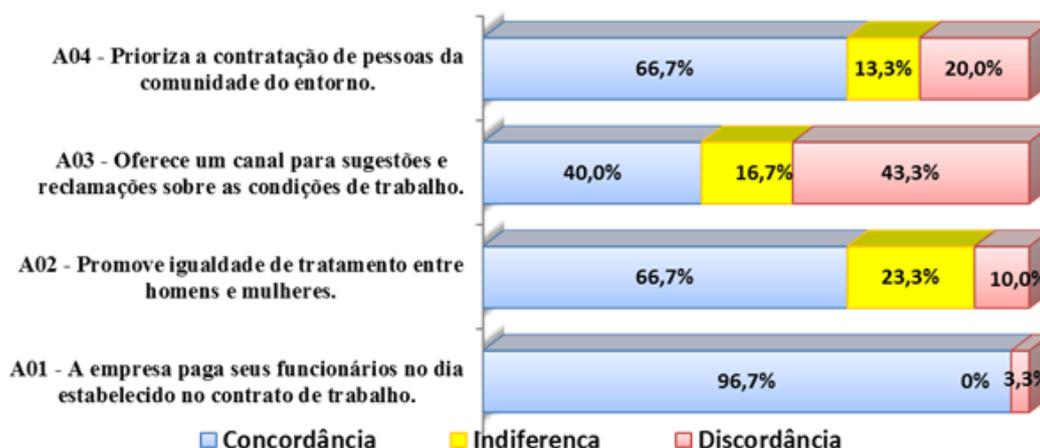
Retomando o entendimento apresentado por Barbieri e Cajazeira (2016), compreende-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável devem representar o propósito atribuído a toda a sociedade, enquanto que a responsabilidade social empresarial se apresenta como uma das maneiras possíveis de se buscar esse objetivo.

Para que o aspecto social do objeto de estudo pudesse ser investigado, foram criadas quatro dimensões adaptadas dos indicadores Ethos/SEBRAE para micro e pequenas empresas (ETHOS/SEBRAE, 2019); para cada dimensão foram atribuídas quatro assertivas. A seguir será analisada cada assertiva individualmente.

#### 4.3.1 Relação com empregados

Essa dimensão busca verificar a percepção dos empregados sobre os aspectos necessários a formação de uma relação positiva, transparente e de cumplicidade, essenciais para o alcance dos objetivos organizacionais. Foram investigados aspectos de obediência obrigatória e práticas facultativas.

**Gráfico 7** - Percepção dos colaboradores quanto ao relacionamento empresa/empregado



Fonte: Pesquisa direta, out./2019.

Na A01 – A empresa paga seus funcionários em dia; a maioria dos respondentes assinalou com 96,7% a alternativa de concordância, contra apenas 3,3% que afirmaram discordância; neste aspecto todos os entrevistados se posicionaram, não havendo nenhum valor correspondente a indiferença. Os dados descritos indicam que de forma geral os valores devidos pelo trabalho executado são honrados, atrasos de pagamento não são comuns.

Na A02 – Promoção de igualdade de tratamento entre homens e mulheres; a maioria 66,7% concordou sobre a existência desta prática, enquanto que 23,3% mantiveram-se indiferente; logo após, 10% discordaram sobre a existência da prática. Os dados revelaram que a igualdade de gênero que compõe o ODS 5 da agenda 2030 está presente nas práticas adotadas pelo objeto de estudo, fatores como designação de tarefas, oportunidades de progresso, igualdade de remuneração se fazem presente independente do gênero.

Na A03 – Manutenção de um canal de sugestão e reclamação sobre as condições de trabalho; observou-se que 43,3% mostraram discordância sobre esse aspecto; enquanto que 40% indicou concordância; 16,7% preferiram a indiferença. Os dados dispostos sinalizaram haver falhas de comunicação entre empresa e empregado, ou ainda, indicaram um engessamento nas relações, o que pode contribuir negativamente com resultados organizacionais e com o envolvimento de todos na execução do planejamento estratégico.

Na A04 – Preferência pela contratação de pessoas da comunidade do entorno; constatou-se que 66,7% dos respondentes assinalou concordância, sendo esta a maioria; 20% assinalaram discordância; e 13,3% destes são indiferentes. O resultado indicou haver convergência entre a prática empresarial e o objetivo do desenvolvimento local sustentável, haja vista que a atividade se mostra importante fonte de renda e emprego para a comunidade do entorno.

Dentre todas as dimensões investigadas a relação com os funcionários foi à única que apresentou média com maioria de concordância; 67,5% julgam que as práticas organizacionais se traduzem em um bom relacionamento com os empregados, no entanto, os maiores percentuais obtidos na A01 e A02, referem-se a aspectos salvaguardados pela legislação, e, portanto, de observância obrigatória. A esse respeito Barbieri e Cajazeira (2016, p. 56) afirmam que “Seguir a legislação e honrar contratos é o patamar mínimo que se espera de qualquer empresa, o que significa estar em conformidade com as leis em vigor, evitar litígios e antecipar as mudanças na legislação”.

Corroborando com esse entendimento Jordão (2011) afirma que as organizações devem buscar práticas de gestão empresarial que se traduzam em ações concretas de compromisso com a coletividade organizacional, a simples observância do cumprimento da legislação vigente se mostra importante, mais insuficiente em se tratando de responsabilidade social empresarial.

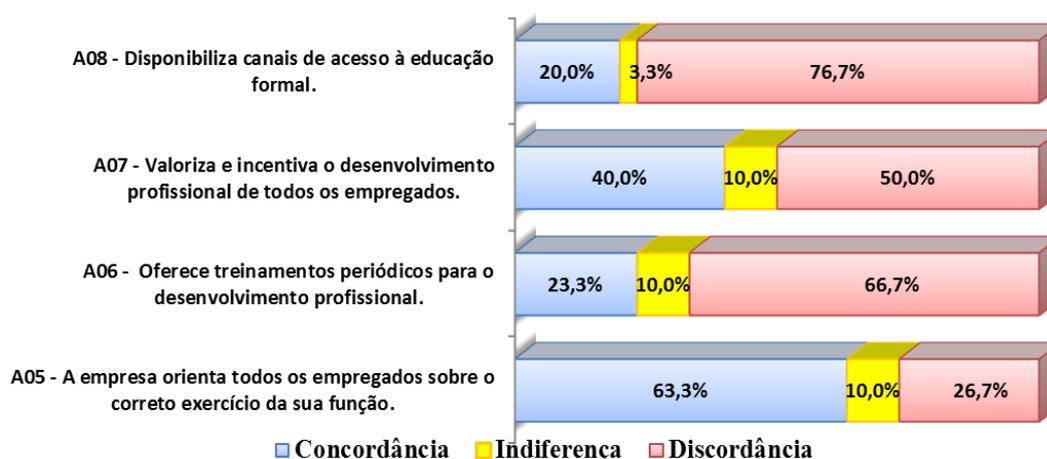
Diante do exposto, objetivando um desenvolvimento local sustentável e a manutenção do negócio em longo prazo, é possível afirmar que o objeto estudado deve buscar avançar ainda mais na dimensão relação com funcionários. O perfil sociodemográfico apontou forte inobservância da legislação trabalhista, com a presença de grande número de pessoas exercendo sua função sem a devida proteção social, na informalidade, o que além de prejudicar a dimensão social do desenvolvimento sustentável poderá no futuro afetar a dimensão econômica, pelo passivo gerado nas disputas judiciais. É preciso que se criem condições de diálogo com os empregados, os *feedbacks* fortalecem os laços, geram autoestima e

confiança, reduzem conflitos e mal entendidos, podendo em última instância representar fonte de vantagem competitiva organizacional.

### 4.3.2 Compromisso com o desenvolvimento profissional

Os tópicos inerentes ao compromisso com o desenvolvimento profissional possuem impacto direto na satisfação dos empregados. Aspectos como comprometimento, absenteísmo, produtividade, alta rotatividade, capacidade de reter talentos entre outros, sofrem influência direta desta dimensão.

**Gráfico 8 -** Percepção dos colaboradores quanto ao compromisso com o desenvolvimento profissional



Fonte: pesquisa direta, out./2019.

Na A05 – Orientação para o correto exercício da função; a maioria dos respondentes assinalou com 63,3% a concordância, ao passo que 26,7% denotaram discordância; 10% dos respondentes se mostraram indiferentes. Os dados descritos indicam a existência de cuidado por parte do objeto pesquisado sobre a forma correta de se executar a atividade, podendo, nesse caso, repercutir desde a criação de um padrão de produção com observância da qualidade do produto, até na redução de possíveis acidentes de trabalho.

Na A06 – Treinamentos periódicos para o desenvolvimento profissional; a maioria 66,7% sinalizou discordância; seguidos por 23,3% de concordância e 10% preferiram a indiferença. Enquanto que na assertiva anterior percebeu-se cuidado sobre a execução da função designada, os resultados da A06 indicam não haver preocupação com o aperfeiçoamento profissional dos respondentes, novas habilidades e conhecimentos não são incentivados e, portanto, o engessamento das relações de trabalho tende a prejudicar o compromisso da força de trabalho para com a organização.

Na A07 – Valorização e incentivo ao desenvolvimento profissional; metade dos respondentes, ou seja, 50,0% sinalizou discordância; enquanto que 40% marcaram concordância; seguido por 10% de indiferença. Os dados indicam não haver reconhecimento pelo trabalho executado; a valorização da força de trabalho é uma importante ferramenta de retenção de talentos, o colaborador que se sente valorizado produz mais, contribui para a formação de um ambiente de trabalho

agradável sem conflitos, e em longo prazo os melhores resultados se traduzem, inclusive, em fonte de vantagem competitiva organizacional.

Na A08 – disponibilização de canais de acesso à educação formal; observou-se que a maioria dos respondentes 76,7% assinalou discordância; 20% indicaram concordância; e apenas 3,3% mantiveram-se indiferentes. Os resultados sugerem não haver preocupação do objeto de pesquisa com o acesso a educação formal dos seus colaboradores, somado a isso o perfil sociodemográfico (Vê Gráfico 4), que revela um predomínio de pessoas com baixo nível de escolaridade formal, acentuando, ainda mais, o sentimento de desânimo no tocante ao compromisso com o desenvolvimento profissional.

Ao agrupar os resultados da dimensão, vê-se que, a maioria 55,0% manifestou discordância; seguidos por 36,7% de concordância; ao passo que 8,3% indicaram indiferença. Assim, os respondentes sinalizam que as práticas de RSE na dimensão compromisso com o desenvolvimento profissional, vão de encontro aos objetivos do desenvolvimento local sustentável, o que impacta negativamente na confiança e cumplicidade desses colaboradores. Neste contexto, Barbieri e Cajazeira (2016), esclarecem:

Um grau de confiança elevado dos stakeholders internos e externos contribui para melhorar os demais recursos da organização e é um fator-chave para a sustentabilidade da empresa a longo prazo. A falta de confiança funciona como uma espécie de taxação em todas as atividades econômicas praticadas pela empresa. (BARBIERE; CAJAZEIRA, 2016, p. 60).

A esse respeito, Jordão (2011), afirma que mesmo que a empresa efetue alguma doação de verba para a comunidade, essa não poderá ser considerada como Responsabilidade Social, sobretudo quando o seu público interno é negligenciado no tocante as suas necessidades sociais.

Para que haja avanços na dimensão compromisso com o desenvolvimento profissional, uma das alternativas seria oportunizar o investimento no desenvolvimento profissional de sua força de trabalho, através de parcerias com instituições de ensino público (de educação formal), ou através de bolsas para cursos de aperfeiçoamento.

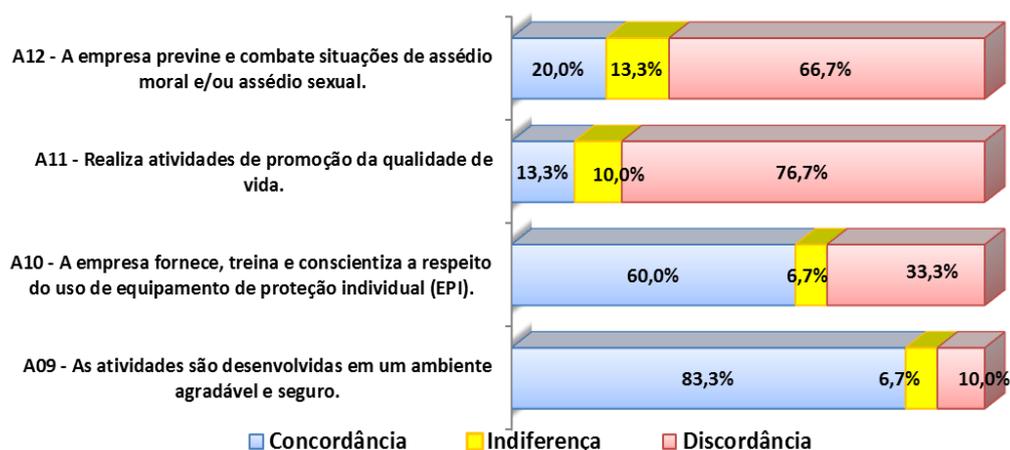
Evidenciou-se anteriormente que o objeto de estudo compõe um dos mais importantes APLs de calçados do Brasil, Cassiolato e Lastres (2003), expõe que uma das principais características de um APL é a presença de instituições públicas e privadas voltadas a formação e capacitação da força de trabalho.

O APL calçadista de Campina Grande conta com o apoio do Instituto SENAI de Tecnologia Couro e Calçados, entidade que em parceria poderia contribuir nesse quesito. A integração e troca de conhecimento entre os atores que compõem o setor, são fundamentais para um desenvolvimento local sustentável.

### **4.3.3 Saúde e segurança dos empregados**

Essa dimensão evidencia as práticas organizacionais alinhadas com a promoção da qualidade de vida, saúde e bem estar, empresas que enxergam a importância dessa dimensão estarão mais suscetíveis a catalisar resultados positivos.

**Gráfico 9 - Percepção dos colaboradores quanto à saúde e segurança dos empregados**



Fonte: pesquisa direta, out./2019.

Na A09 – Atividades realizadas em ambiente agradável e seguro; a maioria dos respondentes 83,3% denotou concordância; seguido por 10% de discordância; 6,7% mantiveram-se indiferentes. Os dados acima descritos demonstraram percepção positiva em relação ao ambiente onde se desenvolve as atividades profissionais diárias, ou seja, indicaram que há preocupação do objeto de estudo em fornecer um ambiente de trabalho salutar.

Na A10 – Fornecimento, treinamento e conscientização sobre o uso de EPI; a maioria com 60% dos respondentes sinalizou concordância; 33,3% manifestaram discordância; enquanto que 6,7% preferiram a indiferença. O resultado positivo desta assertiva esclarece que o objeto de estudo preocupa-se com o fornecimento dos equipamentos de proteção individual – EPIs, tão importantes na prevenção e redução das possíveis ameaças à saúde do trabalhador.

Na A11 – Realização de atividades de promoção da qualidade de vida; nesse quesito, a maioria 76,7% indicou discordância; seguido por 13,3% de concordância; 10% preferiram a indiferença. A maioria dos respondentes afirmou não perceber nenhum esforço da empresa na promoção da qualidade de vida, permitindo supor que não há entendimento de que a QVT exerce influencia positiva no grau de satisfação dos colaboradores, podendo em última instância influenciar nos resultados positivos da organização.

Na A12 – Prevenção e combate ao assédio moral e/ou assédio sexual; nesse ponto, 66,7% ou seja, a maioria dos respondentes, assinalou discordância; enquanto que 20% sinalizou concordância; seguido por 13,3% de indiferença. Os elementos da pesquisa indicaram que o objeto de estudo negligencia esses dois aspectos tão importantes à integridade física e psíquica de seus colaboradores, o que se configura em grande entrave para os objetivos de um desenvolvimento local sustentável.

Nesta dimensão, um percentual mais elevado, mas que não atingiu maioria, com 46,7% dos respondentes assinalou discordância; enquanto que 44,1% apontou concordância; e 9,2% são indiferentes. Os resultados mostraram que as práticas de RSE em sua dimensão saúde e segurança são insuficientes e tendem a prejudicar a organização em longo prazo. De maneira geral, percebeu-se que não existem ações efetivas de promoção da qualidade de vida no trabalho, bem como não é comum que se aborde temas relacionados a assédio moral e assédio sexual, conduta

temerosa por se tratarem de temas de extrema importância tanto na esfera trabalhista quanto penal.

Ao justificar a importância da promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, o Instituto Ethos/SEBRAE (2019), afirma que cada vez mais as empresas tem compreendido a importância de o empregado estar feliz ao trabalhar, e que esse fato não se deve apenas a boa remuneração. Aspectos como benefícios, reconhecimento, promoção de espaços saudáveis de convivência e ações de QVT além de trazerem maior satisfação ao empregado, impactam positivamente diversos aspectos da saúde da empresa.

Ratificando esse entendimento, a Agenda 2030 em seu objetivo 8 (trabalho decente e crescimento econômico), manifesta que uma das metas para se alcançar o desenvolvimento sustentável é: “Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário”. (ONU, 2015, p. 27).

Mais que prevenir doenças, a saúde e segurança no trabalho deve apresentar-se com o propósito de construir uma cultura organizacional que enxergue o colaborador em sua individualidade, e não apenas uma matrícula, uma pessoa participe da dinâmica organizacional, e como tal, seu bem estar físico e psíquico devem ser considerados. Esse é um fator de extrema importância e deve ser apreciado em se tratando de um modelo de desenvolvimento local duradouro.

#### 4.3.4 Relacionamento com a comunidade

Dentre as boas práticas de gestão empresarial, o bom relacionamento com a comunidade do entorno se traduz na melhoria contínua da imagem organizacional, além de representar o importante papel que a empresa desempenha enquanto agente de transformação social. A dimensão relacionamento com a comunidade avalia aspectos como: comunicação com a comunidade, trabalho voluntário, ações sociais e impactos socioambientais.

**Gráfico 10** – Percepção dos colaboradores quanto ao relacionamento com a comunidade



Fonte: pesquisa direta, out./2019.

Na A13 – Presença de um canal de diálogo com a comunidade; metade dos respondentes, ou seja, 50% assinalou discordância; seguido de 36,7% de

concordância e de 13,3% mantiveram-se indiferentes. Os dados denotam que as práticas de gestão voltadas ao diálogo com a comunidade são insuficientes ou até mesmo inexistentes.

Na A14 – Incentivo ao trabalho voluntário; a maioria, 70% dos respondentes, assinalou discordância; ao passo que 20% sinalizaram concordância; enquanto que 10% preferiram a indiferença. O percentual elevado de discordância aponta que no âmbito organizacional não são discutidos assuntos relacionados ao voluntariado, indicando negligência aos aspectos de interesse social.

Na A15 – Ações de responsabilidade social na comunidade; 90% dos respondentes, ou seja, a maioria assinalou discordância; na sequência 6,7% indicou indiferença; e apenas 3,3% sinalizou concordância. Dentre todas as assertivas esse foi o aspecto com o menor índice de concordância, portanto, é possível afirmar que o objeto de estudo não adota nenhuma conduta que promova o bem estar social na comunidade de seu entorno.

Na A16 – Preocupação com os impactos socioambientais negativos na comunidade; observou-se que 50% dos respondentes, equivalente à metade da amostra, assinalou discordância; na sequência 36,7% mostraram concordância; enquanto que, 13,3% preferiram a indiferença. Os respondentes sinalizaram a ocorrência de baixa ou nenhuma preocupação do objeto de estudo com os impactos negativos que a atividade poderá vir a provocar no meio ambiente como um todo e na comunidade do entorno especificamente.

Nos resultados agrupados, a dimensão relacionamento com a comunidade foi a que obteve o pior resultado. A maioria dos respondentes, com 65%, indicou discordância; enquanto que 24,2% concordaram; preferiram a indiferença 10,8% dos respondentes. Portanto, percebeu-se que as práticas gerenciais de relacionamento com o público externo ou inexistentes ou uma vez existindo não possuem representatividade significativa, a ponto de sequer serem percebidas pelo público interno.

Comprovando a importância do bom relacionamento com a comunidade para uma análise de negócios sustentáveis, Barbieri e Cajazeira (2016), em alusão a norma ABNT NBR ISO 26000, reforçam o entendimento de que a empresa é responsável pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, seu comportamento deve ser ético e transparente contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento sustentável, incluindo neste caso a saúde e bem estar da sociedade.

Ainda sobre a importância do relacionamento com o público externo, Jordão (2011), enfatiza que a empresa enquanto agente social deverá assumir, de forma proativa, ações orientadas as necessidades da comunidade, cuidando para que esse processo de interação traga resultados satisfatórios para ambas as partes.

É preciso que o objeto de estudo dedique-se a implementar estratégias e ações que favoreçam o bom relacionamento com a comunidade do entorno. Com diálogo, ética e disposição, nada mais justo que se reverta à sociedade parte dos ganhos que esta lhe proporciona. O bom relacionamento com todos os *stakeholders*, sobretudo nos dias de hoje, é uma importante fonte de vantagem competitiva e se mostra uma estratégia extremamente exitosa quando se busca um desenvolvimento local duradouro que atenda as necessidades do agora sem o comprometimento das futuras gerações.

#### 4.4 Resultados isolados e agrupados da pesquisa

Com relação aos resultados isolados de pesquisa nota-se que das quatro dimensões da RSE, houve maioria de discordância em duas dimensões, a saber: compromisso com o desenvolvimento profissional (55,0%), e relacionamento com a comunidade (65,0%); bem como um percentual mais elevado, mas que não atingiu maioria, (46,7%), discordou com relação a saúde e segurança dos empregados; e apenas a dimensão relação com empregados, obteve maioria de concordância (67,5%). (Vê Gráfico 11).

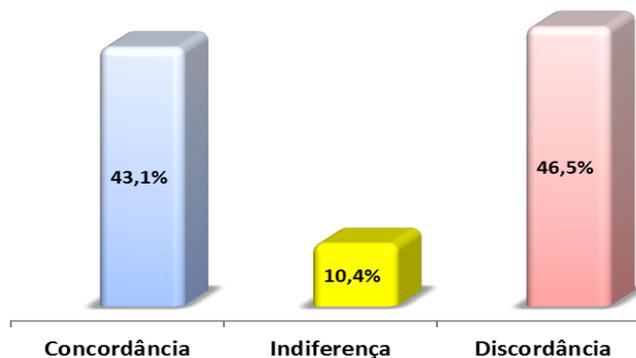
**Gráfico 11 – Resultados isolados da pesquisa**



Fonte: pesquisa direta, out./2019.

No que diz respeito aos resultados agrupados, observou-se que 46,5% indicaram discordância; 43,1% assinalou concordância; e apenas 10,4% sustentaram indiferença. Logo, vê-se que as atuais rotinas organizacionais não estão corretamente alinhadas as práticas de responsabilidade social empresarial, significando um forte entrave para um desenvolvimento local sustentável, em sua dimensão social.

**Gráfico 12 – Resultados agrupados da pesquisa**



Fonte: pesquisa direta, out./2019.

Ao somar a discordância (46,5%), sendo este o maior percentual encontrado, ao número de respondentes optantes pela indiferença (10,4%), tem-se que a maioria (57,3%), discorda que as práticas organizacionais convergem para um patamar de RSE satisfatório. Portanto, as empresas instaladas no Fabricão, devem reavaliar suas práticas de gestão, tendo em vista a necessidade de se buscar um desenvolvimento local verdadeiramente sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O despertar sobre a finitude dos recursos naturais iniciados ainda na década de 1970, lançou luz sobre a necessidade de se discutir um modelo de desenvolvimento que fosse capaz de suprir as mais diversas necessidades da sociedade contemporânea, ao passo que novas estratégias traçaram alternativas para que as futuras gerações pudessem ter suas necessidades atendidas em plenitude, e que esse processo conseguisse se realimentar de forma sustentável.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento sustentável, objetivo de toda a sociedade, ampara-se em três dimensões básicas (econômica, ambiental e social), este trabalho, por meio de um estudo de caso, interessou-se em investigar a dimensão social e sua aplicação prática no cotidiano empresarial, enfatizando que sua observância é condição necessária para um modelo de desenvolvimento local sustentável.

Ao definir como objeto de estudo o Fabricão de Calçados de Campina Grande-PB, buscou-se dar destaque a uma das principais atividades econômicas locais, que há muito fomenta o desenvolvimento, gera riqueza, e mantém-se como importante fonte de emprego e renda de significativa parcela da população.

Neste contexto, este trabalho objetivou diagnosticar as práticas de responsabilidade social empresarial adotadas no Fabricão de calçados de Campina Grande-PB, na percepção dos colaboradores. Assim, optou-se por utilizar os indicadores de RSE como ferramenta capaz de revelar a existência de convergência (ou não), entre as práticas organizacionais com os objetivos para um desenvolvimento local sustentável.

Quanto aos resultados da pesquisa, foram analisadas quatro dimensões que resultaram nas seguintes considerações: a dimensão relação com funcionários foi a única a apresentar maioria de concordância o que demonstra que de maneira geral os colaboradores entendem que as práticas organizacionais são suficientemente capazes de construir um bom relacionamento empresa/empregado. No entanto, embora a percepção dos trabalhadores seja positiva, os maiores percentuais referem-se a condutas de observância legal obrigatórias, e, portanto, é possível afirmar que os resultados indicaram a necessidade de maiores avanços nesta dimensão.

Para os colaboradores, quanto ao compromisso com o desenvolvimento profissional, a maioria discordou que as práticas organizacionais proporcionem possibilidade de crescimento e valorização profissional, a baixa escolaridade identificada no perfil sociodemográfico e a falta de ações concretas que possam intervir nessa realidade foram fatores decisivos para os resultados encontrados.

Na dimensão saúde e segurança dos empregados, os colaboradores em sua maioria sinalizaram insatisfação, sobretudo com a falta de ações de promoção da qualidade de vida e a omissão das empresas no tocante a prevenção e combate ao assédio moral e sexual, temas tão importantes à saúde física e mental dos trabalhadores.

Percebe-se que na dimensão relacionamento com a comunidade, os números encontrados foram os piores entre todos os aspectos investigados. Contribuíram para esse resultado a inexistência de um canal de diálogo entre empresa e comunidade, a falta de ações concretas de gestão social no âmbito local, a inobservância de preocupação com os impactos negativos da atividade para o meio ambiente e para a comunidade do entorno, e a falta de consciência sobre trabalho voluntário.

É válido afirmar que a pesquisa realizada demonstrou que de maneira geral as práticas organizacionais, em sua dimensão social, se mostraram insatisfatórias, e, portanto, tendem a comprometer a manutenção do negócio em longo prazo, significando um verdadeiro entrave para um desenvolvimento local sustentável, assim, pode-se afirmar que o objetivo da pesquisa foi alcançado.

Com planejamento e gestão adequados, novos recursos poderão ampliar o horizonte das empresas estudadas. Inicialmente, é preciso que se revise os aspectos legais, práticas contrárias a legislação devem ser impugnadas; é urgente a adoção de programas de acesso a educação formal e a cursos de capacitação que auxiliem o desenvolvimento profissional; é preciso que se busque um efetivo canal de diálogo com os públicos interno e externo; a gestão social da organização deverá desenvolver uma cultura de práticas sociais que contemple a comunidade do entorno, fato que além de socialmente justo representa fonte de vantagem competitiva organizacional.

Espera-se que estudos futuros aprofundem a análise de modo que as dimensões econômica e ambiental possam ser investigadas. Sugere-se também que o estudo se estenda a todo o APL calçadista devido a importância do setor para a dinâmica socioeconômica do Município de Campina Grande-PB e da necessidade de se construir um desenvolvimento local verdadeiramente sustentável.

## REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. **Relatório setorial**: indústria de calçados do Brasil 2019. Disponível em: <<http://abicalcados.com.br/publicacoes/relatorio-setorial>>. Acesso em: 19 set. 2019.

ALVES, Ana Paula; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; CAROLINO, Jacqueline Alves. Sustentabilidade em agroecossistemas familiares: uma aplicação do *Mesmis* junto a produtores de hortifrutigranjeiros na Microrregião de Sapé – PB. *In*: CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; LIRA, Waleska Silveira (Org.). **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistema**: aplicações em diversos tipos de cultivo e práticas agrícolas no estado da Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas PPP**, Nº 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, V. 37, Nº 05, p. 1033 a 1054, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512>>. Acesso em: 26 set. 2019.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partidas. **Revista administração on-line**, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP – V. 01, Nº 04, 2000. Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art14/barbieri.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art14/barbieri.htm)>. Acesso em: 15 set. 2019.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARROS, Raquel Andrade; ANDRADE, Elisabeth de Oliveira; VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa de; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Práticas de sustentabilidade empresarial no APL calçadista de Campina Grande–PB: um estudo de caso. **Revista gestão industrial**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR. Ponta Grossa, PR: V. 06, Nº 01, p. 157-177. 2010. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/251048428>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAGED. **Perfil do município**. Disponível em: <[bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: 06 out. 2019.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Edna Rabêlo Quirino. **APL: Arranjo produtivo local**. Série: Empreendimentos coletivos. Brasília: Sebrae, 2014.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. *In*: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lúcia (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ/Instituto de Economia, 2003. Cap. 1, p. 21-34.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M.; STALLIVIERI, Fabio. Introdução: Políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. *In*: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M.; STALLIVIERI, Fabio (Org.). **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento: experiências de políticas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. V. 2, p. 11-38.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORAL, Eliza. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 275 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82705>>. Acesso em: 17 set. 2019.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **REDES – Revista do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, V. 11, Nº 02, p. 261-282, 2006. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11033>>. Acesso em: 26 set. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERNANDES, Peterson Guerreiro; CABRAL, Lílian Caporlândia Giesta. Análise do Triple Bottom Line em uma associação de catadores de materiais recicláveis situada no município de Mossoró-RN. **Revista gestão & sustentabilidade ambiental**. Florianópolis, V. 06, Nº 02, p. 28-43, jul./set. 2017. Disponível em: <[http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao\\_ambiental/article/view/3885](http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/3885)>. Acesso em: 02 out. 2019.

FERREIRA, Laércio de Matos. **A inovação tecnológica e as dinâmicas locais: estudo comparativo de APLs de software no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

FERRO, Rafael Cunha. Arranjos produtivos locais (APL's) das agriculturas familiares: estudo para uma nova gestão sustentável no setor gastronômico. **Revista contextos da alimentação: comportamento, cultura e sociedade**. Centro Universitário SENAC. São Paulo-SP: V. 03, Nº 02, p. 67-82. 2015. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/index.php/edicao-vol-3-no2-ano-2014/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

FIEP. **Guia industrial Paraíba**. Disponível em: <<http://guiaindustrial.fiepb.com.br/>>. Acesso em: 06 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GREGOLIN, José Angelo Rodrigues; FARIA, Leandro Innocentini Lopes de. Desafios para o desenvolvimento regional: arranjo produtivo local de couro e calçados. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional – G&DR**. V. 02, Nº 03, p.32-53. Set-Dez de 2006. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/30/25>>. Acesso em: 15 set. 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Conceitos básicos e indicadores de responsabilidade social empresarial**. 5. ed. São Paulo: 2007.

INSTITUTO ETHOS; SEBRAE. **Indicadores Ethos-Sebrae para micro e pequenas empresas: diagnóstico de RSE/sustentabilidade para pequenos negócios**. São Paulo, 2019.

JORDÃO, Mercília Tavares. Responsabilidade social empresarial. *In*: SOUZA, Antonio Augusto Pereira de; OLIVEIRA, Djane Fátima de Oliveira; FARIAS, Givanildo Gonçalves de; JORDÃO, Mercília Tavares (Org.). **Agenda ambiental: gestão socioambiental**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

LEMOS, Haroldo Mattos de. **Responsabilidade socioambiental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações – Revista internacional de desenvolvimento local**, Campo Grande, V. 03, Nº 05, p. 51-59, 2002. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/570>>. Acesso em: 26 set. 2019.

MAZUR, Laura; MILES, Louella. **Conversas com os mestres da sustentabilidade**. Tradução João Terra; Revisão técnica Leonardo Abramowicz. São Paulo: Editora Gente, 2010.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

NICÁCIO, Alixandre Magno Lima. **A micro indústria calçadista na contramão do desenvolvimento tecnológico**: a cooperativa industrial de calçados “O Fabricão” – Campina Grande-PB. Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande-PB, 2009.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, V. 06, Nº 02, p. 29-37. 2003. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ONU. **17 objetivos para transformar o mundo**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>>. Acesso em: 02 out. 2019.

QUEIROZ, Clariana Alves de Paula; SOUZA, Márcio Coutinho de. Um olhar brasileiro sobre os aglomerados: o arranjo produtivo local. *In*: OLIVEIRA, Carlos Wagner de A.; COSTA, José Augusto V.; FIGUEIREDO, Gabriela Maretto; MORAES, Alessandra Ribeiro de; CARNEIRO, Ricardo Batista; SILVA, Iedo Brito da (Orgs). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017; p. 37-51.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Simples nacional**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx>>. Acesso em: 06 out. 2019.

SACHS, Ignacy. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos avançados**, São Paulo, V. 26, Nº 74, p. 5-20, 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0103-40142012000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40142012000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 02 out. 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SERRA, Maurício A.; PAULA, Nilson M. de. Desenvolvimento local: a experiência paranaense com os arranjos produtivos locais. *In*: MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; HANSEN, Dean Lee (Org.). **Desenvolvimento regional e local**: novas e velhas questões. São Cristóvão: Editora UFS; 2007. p. 235-263.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Economia, política e sociedade**. Edição eletrônica. 2006. Disponível em: <[www.eumed.net/libros-gratis/2006a/lgs-eps/index.htm](http://www.eumed.net/libros-gratis/2006a/lgs-eps/index.htm)>. Acesso em: 17 set. 2019.

VECCHIA, Raquel Virmond Rauen Dalla. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista capital científico – eletrônica (RCCe)**. Guarapuava-PR: V. 04, Nº 01, p. 31-50. 2006. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/634>>. Acesso em: 15 set. 2019.

VIGHINI, Suely Mérida A.; JORDÃO, Mercília Tavares; SOUSA, Antonio A. P. de. Ações de responsabilidade social: empresa extrativista do setor de mineração – Campina Grande/PB. *In*: SOUZA, Antonio Augusto Pereira de; OLIVEIRA, Djane Fátima de Oliveira; FARIAS, Givanildo Gonçalves de; JORDÃO, Mercília Tavares (Org.). **Agenda ambiental**: gestão socioambiental. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.